

Crise entre poderes faz Lira adiar parecer do IR

Ex-presidente da Câmara entendeu que não há clima

Por Karoline Cavalcante

Em meio aos impasses recentes entre o governo federal e o Congresso Nacional, o deputado Arthur Lira (PP-AL) decidiu adiar a leitura de seu parecer sobre a proposta que amplia a isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para rendimentos até R\$ 5 mil. A apresentação, que estava prevista para a sexta-feira (27) na Comissão Especial da Câmara, foi suspensa. Uma nova data ainda não foi definida, mas deve ocorrer antes do recesso legislativo, que começa em 18 de julho.

Segundo o deputado, a retirada da cobrança “visa assegurar a plena harmonia e complementaridade entre as duas propostas legislativas, evitando contradições ou o esvaziamento mútuo de seus objetivos”. Como alternativa compensatória, a proposta fixa um patamar mínimo de tributação aos chamados super ricos, que são aqueles que recebem a partir de R\$ 50 mil mensais, o equivalente a R\$ 600 mil por ano. As expectativas são de que a renúncia fiscal resulte em R\$ 27 bilhões em receitas para a União.

Além do Congresso Nacional estar esvaziado nesta semana em razão dos festejos de São João, que afasta muitos parlamentares de Brasília, o adiamento foi decidido em meio à intensificação da crise relacionada às mudanças no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

IOF

Apesar de semanas de negociação entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o Executivo foi surpreendido pela inclusão do Projeto de Decreto Legislativo



Lula Marques/Agência Brasil

Para Arthur Lira, clima ruim entre governo e Congresso impede a discussão do IR

(PDL), que suspende a proposta da equipe econômica, na pauta de votação. Na noite de quarta-feira (25), as duas Casas legislativas aprovaram a derrubada do PDL, e agora o governo federal avalia os próximos passos.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), avalia que a derrota no IOF não atrapalhará a tramitação da isenção do IR. Para ele, não haverá problema. “Eu não acho que vai dificultar as outras matérias. Na verdade, como eles já tiveram uma vitória, eu creio que não tem nenhum problema. Aliás, o presidente Hugo [Motta], no escopo dessa votação, votou outras matérias que eram no nosso interesse”, afirmou Wagner ao portal UOL.

Imposto de Renda

Na segunda-feira (23), o ex-presidente da Câmara apresentou seu parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 2692/2025, que visa atualizar os valores da tabela progressiva mensal do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). O projeto, de autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), também é relatado por Lira.

O Correio da Manhã obteve acesso ao parecer preliminar, que propõe aumentar o limite da primeira faixa isenta de Imposto de Renda, passando de R\$ 2.259,20 para R\$ 2.428,80. O regime de urgência do projeto foi aprovado pela Câmara em 16 de junho, dando sequência à Medida Provisória (MP) 1.294/2025, editada em abril. Como a MP é temporária, Guimarães apresentou o PL com o mesmo conteúdo para transformá-la em lei. Após a aprovação da urgência, Lira fez ajustes no texto, incluindo a revogação

da MP, para regularizar o processo legislativo.

A proposta de atualização da tabela do IRPF, que representa um aumento de 7,5% no limite da alíquota zero, assegurará isenção integral para os contribuintes com rendimentos de até R\$ 3.036,00 mensais. A renúncia fiscal projetada é de R\$ 3,29 bilhões para 2025, R\$ 5,34 bilhões em 2026 e R\$ 5,73 bilhões em 2027. Embora o impacto fiscal imediato seja relevante, Lira destacou que as medidas compensatórias que acompanham o projeto garantirão, a partir de 2026, que os efeitos sobre o orçamento sejam neutros.

Para o deputado do Progressistas, a atualização da tabela do IRPF faz parte de uma série de ações destinadas a corrigir distorções no sistema tributário, com o objetivo de promover maior justiça fiscal.

Nunes Marques vota com big techs no Marco Civil da Internet

Ton Molina/STF

O ministro Kassio Nunes Marques, do STF (Supremo Tribunal Federal), defendeu a manutenção da responsabilização das big techs apenas após ordem judicial. Ele aderiu, assim, à divergência da corte que é mais favorável às plataformas.

O voto, na tarde desta quinta-feira (26), foi o último do caso e já havia maioria pela ampliação das obrigações das big techs por conteúdos publicados por terceiros. A Corte concluiu o julgamento, assim, com 8 votos contra 3 pela responsabilização das plataformas.

Nunes Marques era, na quinta-feira (26) o único ministro que ainda não tinha votado.

Divergências

Embora já houvesse maioria para ampliar a responsabilização das plataformas, era preciso um acordo em torno do texto final do julgamento, já que havia divergências entre os magistrados sobre sua amplitude, o momento e os casos em que as empresas devem ser responsabilizadas.

Para tal, o colegiado se reuniu em um almoço que teve início por volta das 13h e seguiu até às 16h30, quando a sessão foi iniciada.

O debate se dá em torno do artigo 19 do Marco Civil



Nunes Marques foi o último a votar no julgamento

da Internet, que define que as empresas só deverão indenizar usuários ofendidos por postagens de terceiros se descumprirem ordem judicial para remoção de conteúdo.

Liberdade de expressão

Na abertura formal da sessão, Nunes Marques começou o voto com uma defesa da liberdade de expressão. De acordo com ele, a solução para as questões postas não é a prévia restrição a esse direito.

“Quando há dissenso de ideias é que a garantia da liberdade de expressão se faz mais necessária”, discursou. “É justamente por meio desse livre debate de ideias que a sociedade tende a se desenvolver”, disse.

O ministro disse entender conveniente que o Congresso se debruce sobre a matéria. Desde o início da discussão, o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, enfatizou que o Supremo estava discutindo os recursos porque o Parlamento não legislou.

“O tribunal aguardou por um período bastante razoável a sobrevivência de legislação por parte do Legislativo e, não ocorrendo, chegou a hora de decidirmos esta matéria”, disse, na primeira sessão sobre o caso.

Nesta quinta-feira, o plenário retomou o julgamento do caso que já toma 11 sessões. A primeira delas foi em novembro passado, quando os ministros ouviram as sustentações do caso. As duas primeiras sessões foram destinadas ao voto de um dos relatores, Dias Toffoli.

Crimes graves

O presidente do Google no Brasil, Fábio Coelho, afirmou apoiar a proposta de incluir crimes graves, exploração infantil e terrorismo nas exceções do artigo 19 do Marco Civil da Internet. A ideia se alinha às propostas mais moderadas de mudanças.

Coelho alerta, porém, para as “consequências indesejadas” caso haja uma mudança muito ampla na legislação. “Dependendo de como for essa atualização do artigo 19, isso pode nos tornar um pouco menos partícipes de todas as discussões que ocorrem no Brasil e nos levar a remover mais conteúdo no país”.

Ana Pompeu (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Paulo Pinto/Agência Brasil



Presidente foi a evento em favela paulistana

Derrotado no Congresso, Lula retoma polarização

A derrota do aumento do IOF no Congresso foi fundamental para o presidente Lula assumir o discurso de que seu governo trava uma batalha em defesa dos mais pobres contra os ricos.

Até agora, ele evitava a polarização que marcou os primeiros anos do PT.

Na avaliação do Palácio do Planalto, a votação da última quarta-feira ressaltou a deterioração

das relações com o Legislativo e mostrou que o governo precisava tomar uma atitude para sair do canto do ringue.

No dia seguinte, o perfil de Lula no Instagram publicou uma história em quadrinhos em que um personagem negro diz para um amigo, branco, que o governo não está aumentando impostos, mas fazendo “jutiça tributária”.

Novo foco

Levamentos feito pelo Planalto revelaram que o aumento do IOF teve impacto negativo, reforçou a ideia de que o governo só pensa em taxar a população para resolver seus problemas. O discurso de ricos contra pobres tenta mudar o foco da discussão.

Equilíbrio

Há também a convicção de que a tolerância com as traições de partidos do Centrão que comandam ministérios fragilizara Lula e o tornara refém do Congresso. O endurecimento do discurso é uma tentativa de mostrar força e de buscar um equilíbrio com o Legislativo.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Para líder do PL, Planalto não mete medo

Sóstenes Cavalcante: governo quer posar de bonzinho

Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ) diz não temer a reação do Planalto de culpar a oposição pela crise e de pegar carona com a derrubada dos vetos presidenciais aos “jabutis” que encarecerão a conta de luz.

“O governo negociou a derrubada dos vetos e fica posando de bonzinho. Uma parte da im-

prensa resolveu nos colocar de vilões. Já que é assim, seremos vilões ao quadrado”, provoca.

Para ele, o resultado da votação do IOF está relacionado a dois fatores principais: o não pagamento de emendas parlamentares obrigatórias e o que classifica de “associação” entre o Planalto e ministros do STF.

Cortes

Apesar de a oposição insistir que a administração federal precisa diminuir despesas, e não aumentar impostos, Sóstenes frisa que a decisão de cortes cabe ao Planalto. “Quem executa o orçamento não é o Congresso, mas o governo, que não sabe dialogar”, alega.

Anistia

Sóstenes afirma que ouviu do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), a promessa de que o projeto para libertar condenados pelo 8 de Janeiro será apresentado e votado antes do recesso de julho. O líder do PL ressalva que não desconhece detalhes do texto.

Engano

Deputado do PSD, Hugo Leal (RJ) votou contra o projeto que derrubou o aumento do IOF. Mas ele diz que era favorável à proposta, e errou na hora de digitar sua opinião. “Eu segui uma orientação da votação anterior, e estava em reunião em Itaperuna (RJ) na hora”, alega.

Dono da bola

Parte do PT fluminense não esconde a simpatia pela pré-candidatura de Rodrigo Bacellar (União) ao governo estadual. O motivo é simples: Eduardo Paes (PSD), que deverá ter o apoio oficial do partido de Lula, é tido como alguém que concentra poder e benesses.